



União das Freguesias de Carnaxide e Queijas

Junta de Freguesia

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA **REALIZADA EM 05 DE FEVEREIRO DE 2015**

-----**ACTA NÚMERO 3**-----

Aos cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, pelas dezoito horas e trinta minutos, na Sede da Junta de Freguesia, em Carnaxide, reuniu o Executivo da Junta de Freguesia de Carnaxide e Queijas, sob a presidência do Senhor Presidente Jorge Manuel de Sousa de Vilhena, estando presentes, o Senhor Secretário Américo Marques Ferreira Duarte, o Senhor Tesoureiro Luís Manuel Figueiredo Lopes, o Senhor Vogal António Rocha, o Senhor Vogal José Rodrigues e a Senhora Vogal Carla Sofia Guia Pinto. A Senhora Vogal Rosa Lopes Costa encontra-se ausente por motivos profissionais. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia Jorge Manuel de Sousa de Vilhena justificou a ausência e deu início à terceira reunião do Executivo, com a seguinte Ordem de Trabalhos, a qual foi aprovada por unanimidade: -----

Antes da Ordem do Dia: -----

- 1 – Informações -----
- 2 – Situação Financeira -----
- 3 - 6º Relatório Bimensal de Novembro e Dezembro de 2014 da Delegação de Competências da Junta de Freguesia -----
- 4 – Informação N.º 64/2015/Tesoureiro – Forno Crematório de Barcarena -----
- 5 – Informação N.º 66/2015/Vogal – Mercado Municipal de Carnaxide -----

Ordem do Dia: -----

- 1 - Proposta de Deliberação N.º 16/2015 – Concessão a título perpétuo do Compartimento N.º 37 C do Ossário N.º 8; -----
- 2 – Proposta de Deliberação N.º 17/2015 - Concessão a título perpétuo do Compartimento N.º 30 B do Ossário N.º 6; -----
- 3 – Proposta de Deliberação N.º 18/2015 – 1ª Alteração Orçamental; -----
- 4 – Proposta de Deliberação N.º 19/2015 - Aquisição de Serviços para Construção de website da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas; -----
- 5 – Proposta de Deliberação N.º 20/2015 - Concessão da Loja N.º 9 do Mercado Municipal de Carnaxide; -----
- 6 – Proposta de Deliberação N.º 21/2015 – Procedimento para aquisição de uma viatura de caixa aberta para a União das Freguesias de Carnaxide e Queijas; -----
- 7 – Proposta de Deliberação N.º 22/2015 – Tolerância de Ponto durante o ano de 2015; -----
- 8 – Proposta de Deliberação N.º 23/2015 – Execução de levantamento físico do cemitério incluindo elaboração de plantas, alçados e cortes - Aquisição de Serviços; -----
- 9 – Proposta de Deliberação N.º 24/2015 - Corta Mato do Agrupamento de Escolas de Carnaxide-Portela; -----
- 10 – Proposta de Deliberação N.º 25/2015 – Proposta CMO N.º 901/14 DASSJ – Atribuição de comparticipação financeira à União das Freguesias de Carnaxide e Queijas para funcionamento dos estabelecimentos de Infância transferidos para IPSS – Processo da colaboradora Florinda Maria Crespo Abreu Marques; -----
- 11 – Proposta de Deliberação N.º 26/2015 – Proposta CMO N.º 886/14 – GP – Delegação de Competências da Câmara Municipal nas JF e União de Freguesias - Acordos de Execução - Análise e aprovação do acordo de execução entre a Câmara Municipal de Oeiras e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas; -----
- 12 – Proposta de Deliberação N.º 27/2015 - Proposta CMO N.º 887/14 – GP – Delegação de Competências da Câmara Municipal nas JF e União de Freguesias – Contrato Interadministrativo - Análise e aprovação do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Oeiras e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas; --
- 13 – Proposta de Deliberação N.º 28/2015 - Emissão de parecer prévio vinculativo: celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, de serviços gerais na área da limpeza – Instalações da Junta de Freguesia; -----

14 – Proposta de Deliberação N.º 29/2015 - Emissão de parecer prévio vinculativo: celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, de serviços gerais – Mercado Municipal de Carnaxide; -----

15 – Proposta de Deliberação N.º 30/2015 - Concessão a título perpétuo do Compartimento N.º 21 F do Ossário N.º 3; -----

16 – Proposta de Deliberação N.º 31/2015 - Concessão a título perpétuo da Sepultura N.º 71 do talhão N.º 16; -----

Ponto – Um – Informações -----

--- Demos inicio a mais uma campanha de licenciamento de canídeos, em particular “Renove a licença do seu cão sem sair de casa”, como sabem, um serviço pioneiro e único em Portugal, em que permite a qualquer cidadão renovar a licença do seu cão através do site.----

--- A propósito do site, queria informar que se encontra já todo o lay-out preparado, com aprovação da proposta de deliberação da adjudicação do site e nos próximos meses estará concluído. É um trabalho também de sapa que é aproveitar todos os conteúdos importantes para serem transferidos para o site da União das Freguesias, reformulando e criando, com nova imagem, com nova estética, mais simplificado e com os nossos serviços todos on-line, seja dos atestados, dos canídeos, do cemitério e com toda a informação disponível. Quando começarem a ser carregados os elementos, à medida em que forem carregados, eu envio-vos um e-mail com um link, depois de eu corrigir, para vocês irem acompanhando, página a página, a construção progressiva do site. Nos próximos meses teremos, então, o site concluído e havemos de fazer uma apresentação pública do mesmo. -----

--- Houve um corte de trânsito na ponte da Senhora da Rocha no passado sábado, dia trinta e um de janeiro, entre as treze e as catorze horas, para poda de árvore junto ao Santuário da Rocha e na ponte. -----

--- Vai decorrer, no próximo sábado, a feira mensal do mercado, que o Senhor Secretário irá acompanhar. -----

--- Vamos realizar os tradicionais desfiles de Carnaval em Carnaxide, Queijas e Outurela no dia doze. Já fizemos a reunião com as escolas, fizemos uma reunião prévia com as escolas de Queijas através do Senhor Vogal Rocha, fizemos uma reunião conjunta, aqui no Salão Nobre, com todas as escolas de Carnaxide, Queijas, Outurela, Barronhos e Linda-a-Pastora. Irão estar presentes cerca de duas mil e quatrocentas crianças como é hábito. -----

--- Também vamos realizar um baile sénior no dia doze de fevereiro. No mesmo dia haverá um encontro de Carnaval no rés-do-chão do edifício com os alunos e professores da Uscal. E

aí, conto com a colaboração do Senhor Secretário que irá providenciar toda a questão logística para ambos os andares. -----

--- Fui contactado pela Doutora Paula Saraiva, da Fundação Marquês de Pombal, em que nos solicita que o atelier ocupado pela Junta de Freguesia, na Quinta do Salles, fosse devolvido, dado que eles estão a fazer uma reorganização do espaço. Respondi que teria que ver os antecedentes da mesma cedência, dado que não era Presidente quando a Fundação Marquês de Pombal e a Câmara Municipal de Oeiras protocolaram a cedência deste atelier, que advém de um protocolo de cedência de instalações em regime de comodato, em que a Câmara Municipal de Oeiras, em mil novecentos e noventa e seis, cedeu à Junta de Freguesia de Carnaxide, representada pelo Presidente Luís Costa e Castro, uma loja na Rua João Maria Porto, número quatro A, no Bairro da Outurela, para a criação de um posto de atendimento. Mais tarde, por volta do ano dois mil, a Junta entregou esta loja e, por troca, ficou com o atelier da Quinta do Salles. E, como sabem, foi entendido por nós que não fazia sentido ter na Quinta do Salles outra delegação, para além da de Queijas e, nesse sentido, tínhamos nas Grandes Opções do Plano, para aquele espaço, fazer um espaço social. E o que disse à Fundação Marquês de Pombal foi que eu não poderia ceder o espaço sem falar em reunião de Executivo e, por outro lado, sem qualquer contrapartida. Nós podemos entregar aquele atelier mas queremos outro espaço similar dentro da Quinta. Vou recolher os elementos à época porque eu tenho o protocolo de cedência da Rua João Maria Porto, mas não tenho da Rua João Maria Porto para a Quinta do Salles. -----

--- Recebemos um ofício do Tribunal de Contas a questionar porque é que o saldo de abertura era negativo e o saldo de encerramento era negativo. O Senhor Tesoureiro irá explicar o que nós vamos responder em relação a este ofício, nada mais nada menos, são operações de tesouraria que refletem um ano contabilístico que tem a ver, principalmente, com o fato de que chegámos ao fim do ano e haver receitas previstas na altura, que não entraram quer na extinta Freguesia de Queijas, quer na extinta Freguesia de Carnaxide. -----

--- Pelo Senhor Tesoureiro foi dito o seguinte relativamente ao assunto atrás mencionado: ---

--- O Tribunal questiona porque é que o saldo de abertura, considerando que foi uma abertura atípica e o saldo orçamental do fecho são negativos. O saldo orçamental é negativo exatamente porque havia um conjunto de verbas das quais a maior parte eram respeitantes a protocolo e a valores com a Câmara Municipal de Oeiras e que não foram recebidas, têm vindo a ser recebidas ao longo dos períodos subsequentes mas, até àquela altura, não tinham sido recebidas. O que significa que, na realidade, havia valores que a Câmara Municipal tinha em operações de tesouraria que dizia respeito aos valores das senhas de refeição e que,

tanto a Junta de Freguesia de Queijas como a Junta de Freguesia de Carnaxide estavam a utilizar. Isto está explicado no ofício que vai ser enviado ao Tribunal de Contas. -----

--- Pelo Senhor Presidente foi, ainda, dito o seguinte: -----

--- Temos que fazer a história do início do mandato. Como sabem, a Junta de Freguesia de Queijas apresentou o relatório de contas, de acordo com a Lei, de um de janeiro a vinte e nove de setembro de dois mil e treze, mais um relatório de gestão de trinta de setembro a vinte e seis de outubro, que foi enviado para o Tribunal de Contas, a Junta de Freguesia de Carnaxide elaborou um relatório de contas, de acordo com a Lei, de um de janeiro a vinte e nove de setembro de dois mil e treze, e uma conta de gestão de trinta de setembro a vinte e seis de outubro de dois mil e treze, que foi enviado para o Tribunal de Contas e não teve qualquer reparo. Aqui, o que nos pedem, é em relação do relatório de contas da unificação das duas entidades, ou seja, desde um a trinta e um de janeiro de dois mil treze. Estes saldos ocorrem, por norma, por falta de recebimento de verbas à data de fecho de contas. No caso de Carnaxide, o mercado de Carnaxide e a delegação de competências de dois relatórios que a Câmara devia, ou seja, este valor cobria automaticamente o saldo negativo de operações orçamentais, no caso de Queijas é idêntico, a única diferença é que faltava também entrar dois relatórios de delegação de competências e faltava uma verba substancial de um protocolo de "Queijas a Viver", que nunca foi transferido até hoje e, também, pelo que me apercebi e que não tinha conhecimento, que é o valor de três mil quatrocentos e quarenta e quatro euros de grafittis. Exceto a delegação de competências entre a Junta de Freguesia de Queijas e a Câmara Municipal, que foi recebido já em dois mil e catorze, faltou a esta Junta receber dezasseis mil e oitocentos e vinte euros e sessenta cêntimos do "Queijas a Viver", três mil quatrocentos e quarenta e quatro euros do protocolo de delegação de competências e dois mil oitocentos e vinte e nove euros do crematório, no total de trinta e sete mil, cento e sessenta e oito euros e vinte e nove cêntimos. -----

--- Outro assunto que eu quero abordar é o atendimento de Queijas. Nós já falámos aqui, eu dei um tempo que considerei razoável para vocês falarem com o Ricardo sobre essa questão. Por outro lado, infelizmente, temos tido baixas médicas que não têm permitido reformular o que entendíamos fazer, ou seja, o atendimento de Queijas, para além de precisar de uma nova imagem, para além de termos de resolver a questão dos recursos humanos que, a meu ver, é uma coisa simples mas por outro lado não é simples porque nós dependemos das pessoas que lá trabalham todos os dias e, o fato é que, a D. Alexandra cumpre o horário integral e aí não há problemas em assegurar o horário de atendimento mas, por outro lado, é uma pessoa que tem problemas de saúde e falta. Por outro lado, o Ricardo tem problemas de audição o que compromete um atendimento com eficiência. Portanto, aqui havia uma

hipótese de fazer uma troca e que era a D. Graça ir para lá. O fato é que a D. Graça também anda com baixas médicas. Para além da questão gripe que, nas últimas semanas, assolou quase toda a gente, temos a Graça de baixa, tivemos a Xana. A nível de recursos humanos isto só vai equilibrar os jovens dos tempos livres entrarem e que acaba por ajudar no dia-a-dia. Mas não é solução. Em relação à limpeza, está garantido porque vamos hoje proceder à abertura do procedimento para prestação de serviços na área da limpeza. Agora, queria ouvir-vos na parte da reformulação do atendimento e se têm alguma ideia em relação aos recursos humanos. -----

--- Pelo Senhor Vogal António Rocha foi dito o seguinte: -----

--- Em relação à renovação, tinha conversado com o Senhor Presidente sobre tirarmos uma secretária do atendimento, já foi retirada, já só estão duas, fez-se uma limpeza interna numa sala que existe lá, e pouco mais há a fazer a não ser uma decoração, umas plantas. Outra ideia que tenho é, em vez de pormos os editais colados naquele vidro, termos um placard com umas espécies de bolsas e o papel é colocado na bolsa. Em relação aos recursos humanos já abordei o Ricardo e nós precisamos de uma pessoa que nos garanta o tempo inteiro. Claro que temos que contar que as pessoas podem ficar doentes e que existem as férias mas isso terá que, na sede, enviarem alguém para substituir. -----

--- Pelo Senhor Vogal José Rodrigues foi dito o seguinte: -----

--- Face ao exposto, não vejo solução com os dois funcionários. Tanto com a Xana como com o Ricardo, não é possível manter o atendimento em perfeitas condições. O Ricardo tem o problema de audição, mas é um funcionário que não falta, abre e fecha as instalações sempre a horas. A única solução seria um funcionário que esteja em perfeita saúde e que possa assegurar o atendimento. -----

--- Pelo Senhor Presidente foi dito o seguinte: -----

--- Concordo com as remodelações do atendimento em termos físicos e pedia ao Senhor Secretário para disponibilizar uns biombos, que estão no arquivo, para fazer essa remodelação. Em relação aos recursos humanos, vamos ter que ver com a Dona Alexandra Sereto o que está previsto em termos de internamento dela e temos que ver a questão do regresso da Dona Graça. Se fizermos essa solução da Dona Graça, temos que arranjar uma solução para o Setor de Recursos Humanos. E, aí, ficaria a Dona Graça e a Dona Alexandra em Queijas e viria o Ricardo para a sede. Mas isso causa, depois, problemas em Carnaxide. Teremos que atribuir novas funções ao Ricardo e por outro lado ficamos desfalcados em termos de recursos humanos. A Junta já tem dezenas de trabalhadores e isto já envolve

muita coisa e muita responsabilidade, é preciso ter muitos conhecimentos. Nos próximos meses temos que arranjar uma solução que passará por uma prestação de serviços a nível de recursos humanos com um técnico superior, porque isto já não se compadece só em ter um administrativo nesta área, por mais empenhado e esforçado que seja. Acho que essa, no futuro, será a melhor solução, temos que investir para estarmos garantidos que as coisas funcionam, tal e qual como temos feito, quer em Queijas, quer em Carnaxide, nos últimos anos, a nível de dotar a Junta com os poucos que temos técnicos superiores mas que são importantes na prossecução dos trabalhos que temos que levar a efeito. A outra questão tem a ver com o expediente. Como sabem, o expediente é transportado, por norma, pelo Senhor Secretário e, eventualmente, pelos Senhores Vogais Rocha e Rodrigues e o que eu vos pedia é que não utilizassem os trabalhadores das obras para esse efeito porque eles têm muito que fazer. Solução para já, manter o sistema que está em vigor, o Senhor Secretário e o Senhor Vogal Rocha têm essa função, combinam entre si quais são os dias que cabe a cada um. No futuro, uma das trabalhadoras que assegurar o atendimento administrativo, ficará com essa função, de pegar na viatura e vir a Carnaxide trazer o expediente, porque não se justifica ter alguém só afeto a isso dado que não há volume de trabalho entre os dois setores que justifique isso e, por outro lado, se vocês virem os mapas que eles fazem de atendimento, de um de Janeiro até hoje Queijas passou dezoito atestados e Carnaxide passou duzentos e oitenta. Portanto, estamos a falar de coisas completamente diferentes. Agora, os municípios não têm culpa que Queijas tenha menos pedidos de atestados ou de outro tipo de serviços ou que Carnaxide tenha mais. Nós temos que garantir os mesmos serviços às pessoas. E, para isso, temos que ter o sacrifício de ter pessoas lá a fazer atendimentos quase sem municípios que peçam serviços taxados, porque atendem muitas pessoas para reclamações, encaminhamentos, consultas, etc. E, portanto, é isso que temos que garantir e temos que ter em atenção a questão da imagem. Em relação a esta questão, ficam os dois, até ver, nesse equilíbrio e, conforme o volume de trabalho entre os dois locais, nós vamos adaptando que seja efetiva a remodelação dos recursos humanos. -----

--- Pelo Senhor Secretário foi dito o seguinte: -----

--- Em relação ao número de atestados que são passados em Queijas, dezoito foram os que foram efetivamente feitos lá, foram aceites quarenta e cinco mas desses quarenta e cinco, vinte e sete foram feitos em Carnaxide pelo sistema por vezes ter estado off-line. -----

--- Pelo Senhor Presidente foi ainda dito o seguinte: -----

--- Em relação ao túnel VPN que existe, está a funcionar em perfeitas condições por isso tem que haver aqui qualquer coisa que, sem querer, acontece e o sistema vai abaixo. Foi-me garantido pelo assistente informático que estava tudo em plenas condições ontem. -----

--- Recebemos uma comunicação eletrónica datada de dia vinte e cinco de Janeiro da Autoridade Tributária e Aduaneira a comunicar que o Processo de Execução Fiscal sobre a extinta Freguesia de Queijas se encontra extinto e face à inexistência de quaisquer outras dúvidas em execução fiscal, foi efetuado por pagamento voluntário e que dizia respeito à falta de pagamento de selo de uma viatura da antiga Freguesia de Queijas, da qual reclamámos junto das Finanças para todas as viaturas que, de acordo com a Lei, as Juntas de Freguesia não são obrigadas a pagar imposto de selo dos veículos. -----

--- Decorria até trinta e um Janeiro de dois mil e quinze, aderirmos ou não, sem quaisquer custos, para os associados da Anafre, um projeto de modernização administrativa das freguesias. Este projeto tem a ver com que seja disponibilizado equipamento informático, hardware, de suporte ao projeto que inclui computador, rato, teclado e impressora. Perante tal oferta gratuita, eu comuniquei à Anafre que estávamos interessados em participar enviando a respetiva ficha preenchida e agora vamos aguardar que sejamos contactados. -----

--- Fui convocado para uma reunião do Projeto DLBC Oeiras, que é um projeto de promoção de angariação de parceiros, gestão e realização de ações na área do Município que contribuam para a valorização do espaço público e património, que seja de emissão local ou nacional. Este projeto, que foi preenchido pela Dra. Ana Barata, visa combater a pobreza e carência alimentar na área de Carnaxide e Queijas, neste caso e em particular, nos bairros municipais. A Junta de Freguesia será apenas um parceiro deste projeto dado que o Município não pode estar envolvido diretamente. Logo que eu saiba mais pormenores do projeto eu comunicarei. A este propósito e dado que a AITEC Oeiras é um parceiro deste projeto, enviou-nos para nosso conhecimento, o seu plano de atividades para dois mil e catorze. -----

--- À semelhança do ano passado, propusemos que a própria Junta de Freguesia fizesse diretamente duas recolhas de bens alimentares no Centro Comercial Alegro - Hipermercado Jumbo. A proposta que fizemos à Direção do Jumbo de Alfragide foi para os dias vinte e cinco e vinte e seis de abril, sábado e domingos, entre as dez e as dezoito horas, e para os dias vinte e cinco e vinte e seis de outubro, sábado e domingos, entre as dez e as dezoito horas. Estas ações foram articuladas com todos os assistentes sociais e os respetivos intervenientes no processo, cujos são os beneficiários e recetores dos bens alimentares que são os próprios bancos alimentares como o Projeto Família Global, as Vicentinas e a Associação das Mulheres Angolanas, para além do Centro Paroquial e Social de São Miguel. -----

--- A Câmara Municipal de Oeiras, através do ofício seiscentos e sete, informa que na reunião de Câmara realizada no dia três de dezembro, toponímia da União de Freguesias de

Carnaxide e Queijas, foi detetado que houve alteração dos limites do regulamento e topónimo Estrada da Circunvalação em Algés. Com a demolição das barracas do Bairro de Santas Martas e, posteriormente, com a construção da CRIL. Foi aprovado em deliberação da Câmara realizada em vinte e seis de dezembro de mil novecentos e cinquenta e seis, tendo o seu início na Avenida dos Bombeiros Voluntários de Algés e o fim dos limites do Concelho de Oeiras, surgindo-se agora alteração dos seus limites. Estrada da Circunvalação - Arruamento com início na Rua do Proletariado e fim sem saída. Para quem não sabe, esta rua começa na rua das oficinas da PSP e dá a volta até à Estrada da Circunvalação. -----

--- A DREL em parceria com a Anafre pediu-nos para preencher um inquérito sobre implementação da reforma territorial que se verificou em dois mil e treze. (de seguida foi preenchido o inquérito em conjunto por todos os membros do Executivo).

Ponto – Dois – Situação Financeira -----

No período compreendido entre o dia 20 de Fevereiro de dois mil e quinze e o dia 05 de Março de dois mil e quinze, conta ao nível das disponibilidades, com um saldo bancário de 58.765,35 € (cinquenta e oito mil setecentos e sessenta e cinco euros e trinta e cinco cêntimos); em caixa 3.194,24 € (três mil cento e noventa e quatro euros e vinte e quatro cêntimos), sendo o total das disponibilidades de 61.959,59 € (sessenta e um mil novecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e nove cêntimos) a transitar para a semana seguinte. Receitas entradas perfazem 5.838,88 € (cinco mil oitocentos e trinta e oito euros e oitenta e oito cêntimos); despesas efetuadas e liquidadas num valor total de 58.532,39 € (cinquenta e oito mil quinhentos e trinta e dois euros e trinta e nove cêntimos). -----

Ponto – Três – 6º Relatório Bimensal de Novembro e Dezembro de 2014 da Delegação de Competências da Junta de Freguesia -----

--- O sexto relatório já foi entregue na Câmara Municipal de Oeiras, estando disponível para consulta pelos Senhores Vogais. -----

Ponto – Quatro – Informação N.º 64/2015/Tesoureiro – Forno Crematório de Barcarena ----

--- A vinte e sete de maio de dois mil e dez, foi assinado, entre a Junta de Freguesia de Barcarena e a então Junta de Freguesia de Queijas, um protocolo que visou estabelecer as condições gerais para se proceder à condução do processo de exploração do complexo funerário forno crematório da Junta de Freguesia de Barcarena. -----

1. Em 27/Maio/2010 foi assinado entre a Junta Freguesia de Barcarena e a então Junta Freguesia de Queijas um protocolo que visou estabelecer as condições gerais para se

proceder à condução do processo de promoção e exploração do Complexo funerário e Forno Crematório na Junta Freguesia de Barcarena.

2. Do Protocolo salienta-se :

- a. A Junta Freguesia de Barcarena seria a única responsável pela instauração e devido acompanhamento do procedimento concursal, comprometendo-se a report periódico á Junta Freguesia de Queijas, prestando-lhe toda a informação devida, facto que foi totalmente executado (Clausula Terceira).
 - b. O Concurso então convocado revestiria as características próprias do regime afecto á Concessão de Construção e Exploração do Complexo Funerário e Forno Crematório (Clausula Quarta).
 - c. Ficou também acordado na fixação da distribuição equitativa por ambas as partes dos retornos financeiros decorrentes, bem como das responsabilidades que poderiam resultar da realização do projecto (Clausula Quinta).
3. Nestas circunstâncias, e no termo da construção, ao longo de 2014, foram debitadas pela Junta Freguesia de Barcarena á Junta Freguesia de Queijas e posteriormente transitado para a União das Freguesias de Carnaxide e Queijas o montante total de 11.631,49€, respeitante a arranjos paisagísticos e outras despesas exteriores, equivalente a 50% das despesas totais então cometidas à Junta de Freguesia de Barcarena e que de acordo com a Clausula Quinta do Protocolo nos eram imputadas.
4. Concomitantemente foram-nos creditadas pela Junta Freguesia de Barcarena, 50% das Receitas totais que lhe foram pagas pelo concessionário do Forno Crematório (conforme contrato de concessão) na data- valor de Julho a Dezembro de 2014, no valor total de 13.125,92€, reflectindo as cremações desde a data de entrada em funcionamento até Novembro/2014, também de acordo com a Clausula Quinta.
5. Resultou desse encontro de contas entre as duas Freguesias, um saldo a nosso favor de 1.494,43€, já liquidado pela Junta Freguesia Barcarena em 2014.
6. Liquidadas que estão as despesas acima mencionadas, neste momento o procedimento segue a rotina normal conforme estabelecido no Protocolo firmado.

--- Foi informado o ponto de situação do protocolo estabelecido entre a extinta Junta de Freguesia de Queijas e a Junta de Freguesia de Barcarena no âmbito do referido protocolo assinado com o encontro de receitas e despesas que, nesta altura, já temos um saldo a favor da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas e que será transferido, esse saldo apurado, todos os meses, pela Junta de Freguesia de Barcarena para esta Junta de Freguesia, em resultado dos valores pagos pelo concessionário à Junta de Freguesia de Barcarena. -----

Ponto – Cinco – Informação N.º 66/2015/Vogal – Mercado Municipal de Carnaxide -----

--- Esta informação deve-se a uma alteração de localização de bancas dado que, as bancas que estavam mais visíveis à entrada principal do Mercado, foram desocupadas. Foram contactados os concessionários das bancas que se encontram mais atrás se queriam ocupar as bancas mais à frente. Na tentativa de levar mais clientes ao mercado, houve a necessidade de fazer um reajustamento no que respeita à mudança de local dos concessionários. Esta mudança será a título provisório. O concessionário das bancas vinte e seis e vinte e sete passa a ocupar as bancas dezassete e trinta e seis, os concessionários das bancas vinte e quatro e vinte e cinco passam para as bancas dezoito e trinta e cinco, o concessionário das bancas vinte e oito e vinte e nove passa para as bancas trinta e três e trinta e quatro e o concessionário das bancas vinte e quatro, quarenta e três e quarenta e cinco passa para as bancas trinta e sete, trinta e oito e quarenta. -----

Ordem do Dia: -----

1 – Proposta de Deliberação N.º 16/2015 -----

No âmbito das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015, tomou o signatário conhecimento da Informação n.º 34/2015, relativamente ao pedido da Sra. Gracinda de Jesus Pacheco, para concessão a título perpétuo do compartimento N.º 37 C do Ossário N.º 8. -----

No referido compartimento, encontrava-se inumado o corpo da Sra. Victória Pereira de Jesus desde o dia 13 de Janeiro de 1975 em regime de aluguer. -----

Neste sentido e após diversas diligências efetuadas para regularização dos pagamentos em atraso desde 2000 até à presente data, esta Junta de Freguesia não obteve qualquer resposta por parte dos familiares, tendo sido afixado nos locais de estilo o Edital N.º 03/2015, fazendo público “que no dia 12 de Janeiro de 2015 foi declarada a prescrição do direito de aluguer do compartimento n.º 37 C do ossário n.º 8, com a consequente apropriação pela Junta de Freguesia, ao abrigo do artigo 25º, capítulo 4º do Regulamento do Cemitério Paroquial de Carnaxide.” -----

Nesta conformidade, as referidas ossadas foram depositadas na casa dos ossários, ficando o supramencionado compartimento vago para uma nova inumação ou concessão. -----

Neste contexto, as ossadas do Sr. Carlos da Rocha Pires, que se encontram no Cemitério Municipal de Oeiras, serão trasladadas no mês de Fevereiro do corrente ano para o compartimento mencionado, esposo da requerente acima referida. -----

Neste contexto, proponho: -----

1 – Que seja concedida a referida concessão do compartimento n.º 37 C do ossário n.º 8 a título perpétuo à Sra. Gracinda de Jesus Pacheco, portadora do Cartão de Cidadão N.º 00166383. -----

2 – Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

2 – Proposta de Deliberação N.º 17/2015 -----

No âmbito das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015, tomou o signatário conhecimento da Informação n.º 43/2015, relativamente ao pedido da Sra. Anne Moylan Governo, efetuado através do ofício de 5 de Janeiro de 2015, sob registo de entrada nesta Junta de Freguesia n.º43/2015 requerendo a mudança do compartimento n.º 30 B do Ossário n.º 6 por troca, para um compartimento mais acessível face à sua mobilidade reduzida. -----

No referido compartimento, encontram-se as cinzas do Sr. João José Nabais Governo desde Março de 2009, marido da requerente. -----

Nesta conformidade, o compartimento n.º 26 D do ossário n.º 9 encontra-se vago e na posse da Junta de Freguesia, conforme informação n.º 25/2015 de 12 de Janeiro. -----

Neste contexto, proponho: -----

1 – Que seja concedida a transferência e o respetivo averbamento do compartimento n.º 30 B do ossário n.º 6 para o compartimento n.º 26 D do ossário n.º 9 à Sra. Anne Moylan Governo, portadora da Autorização de Residência vitalícia n.º 974/91. -----

2 – Que o compartimento n.º 30 B do ossário n.º 6 fique na posse desta Junta de Freguesia. -

3 – Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

3 – Proposta de Deliberação N.º 18/2015 -----

O Orçamento da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas para 2015 se consubstancia num conjunto de Rubricas de Despesa Corrente e de Capital. -----

Algumas destas rubricas consubstanciam-se em Ações – PPA, valorizadas em função das necessidades previstas para 2014, tanto no que respeita a rubricas da despesa corrente, como em códigos de PPI (associadas a rubricas da despesa de capital). -----

Face a uma gestão que se pretende analítica e periódica, com dedução em rubricas que não foram totalmente executadas reforçando rubricas que pela sua natureza são necessárias reforçar, nomeadamente, reforço de verbas de prestação de serviços da manutenção e limpeza das instalações, nomeadamente da sede e delegação desta Junta de Freguesia e do Mercado Municipal de Carnaxide, bem como para a atividade do Carnaval de 2015. -----

A 1ª alteração orçamental encontra-se formulada no âmbito das regras em vigor no POCAL, e demais legislação em vigor, nos termos legais, podendo a mesma ser submetida ao Executivo para competente deliberação, nos termos do disposto na alínea b) do ponto 1 do artº 16º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro. -----

Face ao exposto, proponho: -----

1. A aprovação da 1ª Alteração Orçamental que importa no montante de 17.500,00 € (dezassete mil e quinhentos euros) e o PPA no valor de 280,00 € (duzentos e oitenta euros), conforme mapas em anexo. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

4 – Proposta de Deliberação N.º 19/2015 -----

Na sequência da deliberação n.º 02/2015, aprovada por unanimidade em 8 de Janeiro de 2015, foi executado um convite, através de ofício com a ref.ª JV/RR/50/2015 em 22 de Janeiro de 2015, à Empresa Webeffect – Serviços Informáticos, Lda.”, para apresentar proposta para a construção de website da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas. -----
As GOP/2015 e orçamento aprovadas em Assembleia de Freguesia no dia 18/12/2014 remetem este fornecimento de serviço na Classificação Org/Económica 01/07.01.13.01 – SITE. -----

Neste sentido, e após apreciação da proposta e ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 16 conjugado com o artigo n.º 128 do CCP (DL n.º 18/2008 de 29 de Janeiro), proponho: -----

1 – A adjudicação do referido serviço, por ajuste direto simplificado, à Empresa Webeffect – Serviços Informáticos, Lda.”, com sede no Madan Parque - campus da FCT-UNL, Rua dos Inventores salas 2.14 e 2.15, 2825-182 Caparica, Contribuinte Fiscal nº 508 264 855, pelo valor de 2.587,32 € (dois mil quinhentos e oitenta e sete euros e trinta e dois cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, sendo que as condições de pagamento são 50% na adjudicação e 50% na conclusão do projeto. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

5 – Proposta de Deliberação N.º 20/2015 -----

Na sequência da deliberação n.º 144/2014, realizou-se a hasta pública, conforme ata em anexo, no dia 8 de Janeiro de 2015 pelas 15h00 na sede desta Junta de Freguesia para concessão da Loja n.º 9 do Mercado Municipal de Carnaxide. -----

Neste contexto e após as licitações indicadas no referido ato, o Senhor João Castro Pereira em representação de sua esposa Sra. D. Maria Caldeira Castro Pereira, licitou a referida loja pelo valor total de 1.926,00 € (mil novecentos e vinte seis euros). -----

Pelo exposto proponho: -----

1 - A atribuição da loja n.º 9 do Mercado Municipal de Carnaxide à Senhora D. Maria Caldeira Castro Pereira, de acordo com o regulamento dos Mercados Municipais da Câmara Municipal de Oeiras, com efeitos a partir do dia 15 de Janeiro de 2015. -----

2 - Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

6 – Proposta de Deliberação N.º 21/2015 -----

--- Como sabem este procedimento advém do futuro protocolo de delegação de competências que vamos assinar e cuja Câmara entendeu, devido às novas competências na área da limpeza urbana, atribuir uma carrinha desta natureza a cada Junta de Freguesia, para permitir o transporte dos carrinhos de mão especialmente em Carnaxide devido à área extensa de Outurela, Barronhos, Portela e Carnaxide e apoio pontual em Linda-a-Pastora e Queijas, sempre que se entender necessário, dado que irá ter um condutor e responsável para o efeito, quer para a distribuição e recolha do pessoal, quer para colocar o pessoal em determinados locais, transportando os carrinhos de mão, matérias-primas só para a área dos cantoneiros, ou seja, áreas verdes, áreas caninas, parques infantis e, possivelmente, apoio a escolas. -----

Para a prossecução das atribuições que estão cometidas a esta Instituição e de acordo com a necessidade demonstrada por esta Autarquia junto do Município, torna-se necessário proceder à aquisição do bem acima referido. -----

A necessidade da aquisição deste bem já incluso nas GOP/Orçamento/PPI/2015, aprovadas em Assembleia de Freguesia, decorre nas novas atribuições que serão assumidas por esta Junta de Freguesia em breve após deliberação do executivo e da assembleia de freguesia, com o acordo de execução e contrato interadministrativo em que esta Autarquia irá ficar responsável pela limpeza urbana em determinadas áreas geográficas desta União de Freguesias, pelo que necessita de uma viatura de cabine dupla de caixa aberta para transporte da equipa de cantoneiros e respetivos materiais e matérias-primas inerentes ao conteúdo funcional para a equipa de área geográfica de Carnaxide e apoio pontual às áreas de Linda-a-Pastora e Queijas. -----

Nos termos dos artigos 24º, 26º, 27º e 32º do CCP, a necessidade de aquisição deste bem advém da urgência em dotar o parque de viaturas da Junta de Freguesia com um veículo desta natureza que permita assumir a execução do contrato interadministrativo e o acordo de execução, cuja assinatura se prevê nos próximos 60 dias. -----

Face ao exposto, submete-se à consideração do executivo. -----

1. Escolha do tipo de procedimento -----

Em cumprimento do disposto nos artigos 16º do nº 1 da alínea a) e 20º do nº 1 da alínea a) do CCP (aprovado pelo Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de Janeiro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei Nº 278/2009, de 2 de Outubro e 149/2012, de 12 de julho) e para os efeitos previstos no art. 112º do mesmo diploma, solicita-se autorização para aplicação do "Procedimento por ajuste direto com convite a uma entidade". -----

2. Preço Base -----

O preço base é de 24.390,00 (vinte e quatro mil trezentos e noventa euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor. -----

3. Preço anormalmente baixo (se aplicável) -----

Nos termos do disposto na alínea b) do nº 1 do art. 71º do C.C.P. -----

4. Peças do procedimento -----

Solicita-se a aprovação das peças procedimentais que se juntam, para a contratação pretendida, sendo elas o convite e o caderno de encargos. -----

5. As quantidades e especificações técnicas do bem que se pretende adquirir são as seguintes: -----

- Viatura de 3.500 kg de cabine dupla. -----

- Especificações técnicas exigidas: -----

- Motor a diesel Euro V de 4 cilindros em linha; -----

- Cabine dupla de cor branca; -----

- Lotação de 6 lugares; -----

- Cilindrada entre 2488 cc e 2990 c.c; -----

- Potência entre 140 e 150 CV; -----

- Binário máximo entre os 300 e os 350 Nm entre as 1600 e as 3000 rpm; -----

- Kit de reforço de diferencial e de molas; -----

- Injeção direta tipo "common rail" com "intercooler"; -----

- Caixa de velocidades manual de 6 velocidades; -----

- Embraiagem monodisco a seco com controlo hidráulico; -----

- Suspensão dianteira independente com duplo braço com mola transversal, amortecedores e barra estabilizadora; -----

- Suspensão traseira com eixo rígido, lâminas parabólicas com amortecedores e barra estabilizadora; -----

- Travões de disco ventilados à frente e discos sólidos atrás com ABS; -----

- Rodado traseiro duplo; -----

- Distância entre eixos entre os 3.000 e os 3.400 mm inclusive; -----

- Capacidade do depósito de combustível entre os 80 e os 90 l de capacidade inclusive; -----

- Raio mínimo de viragem: -----

- Entre paredes entre os 6,50m e os 6,80m; -----

- Entre lancis entre os 6,20m e 6,30m; -----

- Coluna de direção em altura e profundidade; -----

- Comprimento total do veículo entre os 5.800 mm e os 6.680 mm; -----

- Caixa de carga com basculante bilateral com um cilindro de máximo de 8 toneladas, fundo em chapa lisa de 4mm com 3700mm; taipais inferiores em chapa perfilados de 2mm com

450mm de altura; taipais suplementares com estrutura tubular e rede até à altura do malhal; altura total inferiores e suplementares aproximadamente 1250mm; malha normal; molas auxiliares nos taipais; guarda-lamas em chapa; sinalização de Lei com pintura numa só cor (ral); -----

- Comprimento da caixa de carga entre os 3.320 mm e os 3.700mm inclusive; -----

- Largura da caixa de carga até 2.250mm inclusive; -----

- Direção assistida; -----

- Air Bag para o condutor e passageiro; -----

Equipamento: -----

- ✓ Distribuição electrónica de travagem (EBD); Assistência ao Arranque em Subida (HSA); Sistema de controlo de estabilidade (ESP); Fecho de segurança de rebatimento da cabina (apenas cabina rebatível); Vidros eléctricos dianteiros; Faróis de nevoeiro dianteiros; Faróis diurnos; Frisos laterais com protecção de salpicaduras; Pára-choques traseiro; Suporte de pneu sobressalente; Ecrã Multifunções; Filtro de partículas (DPF); Sistema de Assistência à travagem (BAS); Sistema de Controlo de Tracção (TCS); Cintos de segurança com pré-tensores e limitador de carga; Ar condicionado dianteiro; Estofos em tecido; Espelhos retrovisores exteriores eléctricos; Espelhos retrovisores com intermitentes; Rosa sobressalente; Radio-CD com 2 colunas; Chave com fecho centralizado. -----

6. Prazo para apresentação de propostas -----

O prazo para apresentação de propostas é de 10 (dez) dias a contar da data de envio do convite. -----

7. Local de entrega do bem -----

O local de entrega dos bens é na Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, sita na Rua Cesário Verde, Centro Cívico de Carnaxide, 2790-047 Carnaxide. -----

8. Prazo de entrega/execução/prazo contratual -----

Máximo de 90 dias. -----

9. Entidade a convidar para apresentar proposta -----

A entidade a convidar é a seguinte: -----

Caetano Power - Lisboa, com filial na Estrada Terras de Lagoa, N.º 66, 2635-595 Sintra-Rio de Mouro, Contribuinte n.º 505 261 570, telefone n.º 21 925 62 77, fax n.º 21 925 62 69 e email vendas.sintra@caetanopower.pt -----

Face ao exposto e atendendo que este apoio encontra a devida expressão nas GOP para o ano económico de 2015, propõe-se: -----

1. A aquisição de uma viatura de cabine dupla de 3.500 Kg com as especificações atrás referidas; -----

2. Em cumprimento do disposto nos artigos 16º do nº 1 da alínea a) e 20º do nº 1 da alínea a) do CCP (aprovado pelo Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de Janeiro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei Nº 278/2009, de 2 de Outubro e 149/2012, de 12 de julho) e para os efeitos previstos no artigo 112º do mesmo diploma, solicita-se autorização para aplicação do "Procedimento por ajuste direto com convite a uma entidade". -----

A Entidade a convidar é a referida no ponto 9 da presente deliberação. -----

3. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

7 – Proposta de Deliberação N.º 22/2015 -----

Com o objetivo de garantir uma boa gestão do tempo de trabalho, pretendendo ainda reconhecer o empenho dos trabalhadores desta União de Freguesias no exercício das suas funções, através da concessão de períodos de descanso, concedendo tolerâncias de ponto. ---

Neste contexto e ao abrigo da competência de funcionamento da Junta de Freguesia, pelo artigo 19º, da alínea b), da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, proponho: -----

- a) Conceder tolerância aos trabalhadores da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas para o corrente ano, nos seguintes dias: -----

- 17 de Fevereiro (Terça-feira de Carnaval) -----

- 02 de Abril (Quinta-feira à tarde) -----

- 07 de Dezembro (Segunda-feira) -----

- 24 de Dezembro (Quinta-feira) -----

- 31 de Dezembro (Quinta-feira) -----

- b) Por razões de interesse público o Cemitério mantém-se aberto no horário normal de funcionamento. Os trabalhadores que prestarem serviço no cemitério nestes dias deverão gozar as tolerâncias de ponto correspondente ao período de trabalho normal, em data a acordar. -----

- c) O Mercado Municipal de Carnaxide e o Mercado Municipal de Queijas mantém-se abertos no período da manhã. -----

- d) Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

8 – Proposta de Deliberação N.º 23/2015 -----

Havendo necessidade de se efetuar uma atualização no cemitério, nomeadamente no levantamento físico do cemitério incluindo elaboração de plantas, alçados e cortes, que permitam uma inventariação do mesmo, torna-se necessário a aquisição do seguinte serviço:

- Execução de levantamento físico do cemitério, incluindo elaboração de plantas, alçados e cortes. -----

Face ao exposto e em cumprimento do disposto nos art.º 16º, nº 1, alínea a) do CCP (DL Nº 18/2008 de 29 de Janeiro) e para os efeitos previstos no art. 115º do mesmo diploma, proponho: -----

1. A aprovação para a contratação do serviço atrás referido por procedimento por ajuste direto simplificado com consulta apenas a uma Entidade, juntando-se em anexo convite a enviar ao concorrente e que faz parte integrante desta deliberação. -----

2. A Entidade a convidar é: Sra. Arqª Ana Rita Duarte Alves, licenciada em Arquitectura, com morada fiscal na Av. Tomás Ribeiro, Vivenda Duarte, Linda-a-Pastora, 2790-426 Queijas, NIF: 245 627 529, e-mail: arquitetura.purpura@gmail.com. -----

3. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

9 – Proposta de Deliberação N.º 24/2015 -----

Reconhecendo a importância que o desporto assume na sociedade atual e tendo como objetivo final o harmonioso desenvolvimento da condição intelectual e física dos nossos munícipes, as Grandes Opções do Plano para 2015 desta Junta de Freguesia preveem, através do apoio a ações de índole desportiva, o incentivo a entidades que promovam atividades neste âmbito. -----

Neste sentido, o Agrupamento de Escolas de Carnaxide-Portela, vai realizar o corta mato escolar no dia 17 de Abril do corrente ano, tendo solicitado a esta Junta de Freguesia o apoio na atribuição de medalhas para os alunos de vários escalões e logístico, conforme pedido em anexo. -----

Face ao exposto e atendendo que este apoio encontra a devida expressão nas GOP para o ano económico de 2015, propõe-se: -----

- A atribuição por aquisição de trinta (42) medalhas com fita, do 1º ao 3º classificado de 7 escalões de ambos os sexos para o Corta Mato Escolar a ser cabimentado na ação 127 do PPA; -----

- Apoio logístico no que concerne ao fornecimento de rolos de fita sinalizadora, estacas para delimitar o circuito da prova, um pódio e aparelhagem com microfone. -----

- Mais se propõe que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

10 – Proposta de Deliberação N.º 25/2015 -----

Como é do conhecimento do executivo, a extinta Freguesia de Queijas acompanhou um

processo relativo ao pedido de reclassificação da trabalhadora Florinda Maria Crespo Abreu Marques, Educadora ao abrigo do protocolo estabelecido com a CMO/SCMO/JFQ, agora do mapa de pessoal desta União de Freguesias. -----

Na sequência da receção da execução do Processo N.º 533/12.6BESNT sob o registo desta UF 1943 de 18 de Junho de 2014, o signatário solicitou no dia 20 de Junho de 2014 ao consultor jurídico desta União de Freguesias Dr. José Nuno Brito da Silva, que pese embora não tenha sido o instrutor do processo atendeu ao pedido do signatário para que analisasse a supra referida notificação, tendo o mesmo respondido no dia 25 de Junho de 2014 com o seu parecer. No dia 26 de Junho de 2014 enviei o parecer "infra" ao Senhor Presidente do Município com os respetivos antecedentes a solicitar orientação dado que desconhecia este processo e que tínhamos apenas 25 dias para em sede de processo deduzir oposição à execução ou pagar o reclamado. -----

Parecer do Dr. José Nuno Brito da Silva: -----

"Exmo. Sr. Presidente -----

Atenta a citação do Requerimento Executivo que nos enviou, tem a UF o prazo de 25 dias para em sede do processo de execução deduzir oposição à execução ou pagar o falar reclamado. -----

Assim analisada a notificação que nos remeteu, tratando-se o presente processo de uma execução da Freguesia solicitamos os antecedentes do processo declarativo, tendo recebido os seguintes documentos relevantes: -----

- Petição Inicial; -----

- Contestação; -----

- Acórdão (Sentença) -----

Analisados estes documentos verificamos que nos presentes autos a Autora (Florinda Marques) vem pedir que a JFQ seja condenada: -----

i) a praticar ato que consiste em atribuir à Autora o índice 272, com efeitos a 01/07/2010, conforme esta requereu, com as legais consequências, nomeadamente -----

ii) o pagamento das diferenças remuneratórias e os juros moratórios a que haja lugar, -----

iii) bem como a contagem do tempo de serviços; -----

A Ré JFQ veio apresentar contestação onde sucintamente alega que o regime do Estatuto da Carreira Docente não se aplica à A. e ao Estabelecimento de Ensino onde esta leciona, porquanto aquele se entrega na rede privada de ensino., suportando-se em parecer do Ministério da Educação que exclui a aplicação daquele regime aos docentes do regime privado. -----

Em sede de decisão (Acórdão) decidiu o Tribunal condenar integralmente a JFQ, porquanto segundo entendeu a Mma. Juiz que o facto de o estabelecimento não ser publico não retira a natureza de funcionária pública à A. que ali foi colocada pela Ré JFQ.-----

Pelo que o Tribunal condenou a Ré JFQ pela totalidade do pedido da Autora. -----

O Acórdão / Sentença Condenatória foi notificado ao Il. Mandatário da Ré JFQ no dia 01/11/2014.-----

A Ré JFQ tinha então 30 dias a contar da data da sua notificação para recorrer para o Tribunal Central Administrativo do Sul (TCAS) – o correspondente ao Tribunal da Relação de Lisboa nos processos de direito administrativo - , ou seja até ao inicio de Dezembro de 2013.

Segundo pudemos apurar junto da UFCQ não foi apresentado pela Ré qualquer recurso da decisão proferida, pelo que decorrido aquele prazo a decisão tornou-se definitiva e irrecorrível, pelo que o processo transitou em julgado. -----

A partir de então a Ré JFQ/UFCQ teria de por em pratica a decisão proferida pelo Tribunal e promover a reclassificação da Autora para ser colocada ni indicie remuneratório que lhe é devido, bem como processar o pagamento de todos os valores retroativo que essa reclassificação implicasse. -----

Decorrido mais de 4 meses sem que a Ré UFCD tivesse cumprido com a sentença judicial e pusesse em prática o cumprimento daquilo em que foi condenada judicialmente, a Autora veio requerer ao Tribunal que execute a sentença já transitada em julgado (ou seja insuscetível de recurso) para ser reclassificada e lhe serem pagos todos os retroativos das diferenças salariais, que calcula em 11.188,95€ por referência a 31/03/2014.-----

Analizado o decurso do processo, cumpre agora informar da posição que a Ré UFCQ pode neste momento adotar: -----

- Desde logo e porque se encontra transitada em julgado a decisão, a condenação da Ré já não é suscetível de ser discutida. -----*
- Assim, poderemos discutir se o apuramento que a Autora fez relativamente ao valor que agora pede está bem ou mal calculado, isto é se os valores que a Autora diz que lhe são devidos estão bem calculados; -----*
- Ou podemos processar o respetivo pagamento consoante o mesmo nos está a ser pedido. --*

Para o primeiro fim, seria necessário aceder à informação do histórico da trabalhador para através da contagem do tempo de serviço podermos apurar os momentos de progressão na carreira ou as circunstâncias em que eventualmente poderiam não estar preenchidos todos os requisitos para que a progressão se verificasse. E nesse contexto segundo informação recolhida junto dos serviços, a UFLQ não consegue encontrar a pasta do processo individual do trabalhador, pelo que não dispondo dos elementos reclamados pela Autora não poderemos contrariar as afirmações da mesma. -----

Para o segundo fim, importará perguntar se o objetivo será o de processar o pagamento tentando que seja aceite o respetivo faseamento, o use os montantes em dívida serão pagos de uma só vez. -----

Neste contexto e face ao exposto submetemos à consideração superior a decisão sobre se: --

a) A UFCD deverá apresentar oposição à execução, o que implicará o pagamento de Taxa de justiça (204€) -----

E nesse caso com que fundamentação? -----

E nesse caso como apurar as contas inerentes aos valores retroativos para poder impugnar os valores apresentados pela Autora? -----

b) A UFCD pretende processar o pagamento do valor em que foi condenada ? -----

c) E nesse caso pretende pagá-lo de uma só vez ou tentar chegar a um acordo com a trabalhadora para que o pagamento possa ser processado de forma faseada. -----

Um ultima nota para referir que a Trabalhadora requereu na execução que fosse determinada uma sanção compulsória no valor de 100€E por dia, caso a Ré UFCQ não venha a cumprir com a decisão, independentemente da oposição à execução que agora possa apresentar, a qual suspende o decurso da execução. -----

Ficamos por isso a aguardar pela orientação que tiverem por mais conveniente, sem deixar de ter por referência que o prazo para atuarmos judicialmente termina no próximo dia 14/07/2014 (agradecemos desde já uma orientação com alguma antecedência caso seja necessário preparar a oposição à execução). -----

Com os melhores cumprimentos -----

José Brito da Silva Advogado” -----

Entre este período que mediou o envio da comunicação do signatário e a resposta do Município foram reencaminhados diversas vezes o mesmo email enviado no dia 26 de julho de 2014 a solicitar resposta, que só foi obtida no dia 1 de dezembro a solicitar esclarecimentos sobre o valor a liquidar e que o signatário no mesmo dia respondeu pela mesma via e confirmou os valores indicados que posteriormente seriam alvo de acerto após a execução do tribunal e respetivo pagamento. -----

Neste contexto, o Município através da deliberação n.º 901/14-DASSJ e na sequência da deliberação da Assembleia Municipal com registo de entrada n.º 1106 de 11/12/2014, aprovou em reunião de assembleia no dia 12 de Janeiro de 2015. -----

O Município de Oeiras transferiu no dia 20 de Janeiro de 2015 a importância de 29.082,20 € para fazer face à execução supra referida. -----

Foi solicitado ao Senhor Dr. José Nuno Brito da Silva no dia 20 de Janeiro 2015 que comunicasse ao tribunal a intenção de liquidação na sequência da transferência bancária

efetuada pelo Município. Todos estes elementos fazem parte do processo apenso à presente proposta. -----

Mais se informa que a trabalhadora já se encontra reposicionada conforme determinação da execução. -----

Pelo exposto propõe-se: -----

2. O pagamento do valor devido à trabalhadora Florinda Maria Crespo Abreu Marques, que vier a ser apurado pelo tribunal decorrente da cláusula 28ª da execução supra referida em que o valor executado atribuído à trabalhadora é o escalão 7 do índice 272 da carreira de docente desde o dia 01/07/2010, bem como as diferenças salariais entre o escalão 6, índice 245 e o escalão 7 índice 272 desde 01/07/2010 até lhe começar a pagar por este índice, estando vencidas até à data de 31/03/2014 , as diferenças salariais no valor de 11.188,95 € ao que acrescem os valores que se vencerem até ao pagamento do escalão 7, índice 272 ocorre; ainda o executado pagara à exequente juros de mora à taxa legal de 4% ao ano, desde a data em que cada uma das quantias era devida e não foi paga até efetivo e integral pagamento estando vencido até à data de 31/03/2014 juros de mora no valor 793,25 €, podendo ainda ser fixada uma sanção pecuniária compulsória de 100,00 €/dia por cada dia em que o executado não cumpra com a decisão for proferida por este tribunal a determinar-lhe os atos de execução da sentença, sendo o valor apurado à data de 11.982,90 €. -----
3. A contagem de tempo de serviço da ora exequente no índice 245 desde 01/11/2003 até 23/06/2010 e de 01/11/2003 até 31/08/2010 com indicação de todas as faltas que eventualmente lhe tenham descontado na antiguidade e o motivo de tal desconto para prova dos artigos 8º a 13º; Todas as avaliações de desempenho desde 01/11/2003 até 31/08/2010 para prova do artigo 19º. -----
4. Que a contabilidade proceda aos acertos devidos e que os Recursos Humanos procedam em conformidade com exposto anteriormente e atualize o processo individual da trabalhadora. -----

Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

11 – Proposta de Deliberação N.º 26/2015 -----

I – Introdução: -----

O Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, procede no seu artigo 132º à delegação nas Freguesias, por força da lei, de um conjunto de competências das Câmaras Municipais, a concretizar através da celebração de acordos de execução. -----

Os protocolos celebrados nos últimos anos entre o Município e as Freguesias, os quais tem-se revelado um instrumento importante para a afirmação das mesmas, reforçando significativamente os seus poderes e capacidades de intervenção, permitindo melhorar a ação do poder local junto das populações. -----

Num contexto de escassez de recursos importa rentabilizar os meios disponíveis num quadro de responsabilização, cooperação e solidariedade, tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas promotoras de ganhos de eficiência e eficácia na gestão dos recursos públicos, face aos problemas e dificuldades com que todos os dias as autarquias locais são confrontadas. -----

Algumas das competências legalmente delegadas, já se encontravam incluída nos anteriores protocolos, pelo que, partindo desse histórico de continuidade, foram encetadas negociações com todas as Freguesias representadas pelos seus Presidentes, sobre o levantamento, condições técnicas e alocação dos recursos financeiros necessários e suficientes para o exercício das competências delegar, as quais foram sujeitas a análise e prévia validação por parte das Freguesias. -----

No processo de negociação tendente à celebração e execução acordos de execução ora em referência foram tidas em consideração os princípios da igualdade, da não discriminação, da estabilidade, da prossecução do interesse público, da continuidade da prestação do serviço público e da necessidade e suficiência de recursos, conforme o preceituado nos artigos 121º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aplicável por força do disposto no nº 2 do seu artigo 133º. -----

O referido processo de negociação, e assim a delegação de competências, tiveram igualmente, em vista estabelecer e estabilizar as respetivas fontes de financiamento e aos seus modos de afetação, de modo a garantir a observância dos requisitos legalmente exigidos no nº 3 do artigo 115º. -----

Entre estes cumpre mencionar o não aumento da despesa pública global, o aumento da eficiência na gestão de recursos pelas autarquias locais, os ganhos de eficiência no exercício de competências nas autarquias locais, o cumprimento dos objetivos previstos no artigo 112º e a articulação entre os diversos níveis da administração pública. -----

Os acordos de execução, atentos os recursos disponíveis, foram concertados de forma a garantir a cooperação e complementaridade entre as Autarquias intervenientes na prossecução do interesse público. -----

Têm por objeto, exclusivamente a delegação das seguintes competências: -----

- a) Gerir e assegurar a manutenção dos espaços verdes; -----
- b) Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e suiliduros; -----

c) Manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado nos espaços públicos, com exceção daquele que seja objeto de concessão; -----

d) Assegurar a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico; -----

e) Gerir e assegurar a manutenção corrente de mercados; -----

Do elenco de competências anteriormente indicado, a gestão e manutenção dos mercados apenas se irá verificar nos acordos de execução da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas e na Freguesia de Barcarena, uma vez que são estas as que tradicionalmente já detinham a gestão dos mercados. Para as restantes Freguesias a gestão dos mercados continua na dependência direta da Câmara Municipal. -----

Pese embora todas as acima mencionadas competências tenham sido objeto de uma delegação legal, tal não significa que o tenham sido na totalidade. Efetivamente, no que se refere, designadamente, à gestão e manutenção dos espaços verdes, apenas são objeto de delegação algumas operações materiais concretamente especificadas, as quais se encontram devidamente discriminadas e autonomizadas em anexo ao acordo de execução, razão pela qual aliás se justifica que continuem a ser celebrados contratos de aquisição de serviços entre o Município e entidades privadas tendo em vista a manutenção de espaços verdes no Concelho de Oeiras. -----

O exercício das competências delegadas deve ser efetuado em conformidade com as normas legais e regulamentais em vigor, orientações técnicas e calendários previsionais de intervenções decorrente do acordado entre as Freguesias e a Câmara Municipal, aplicável a cada caso em concreto. -----

O clausulado é igual para todos os acordos de execução a celebrar, refletindo os seus anexos as especificidades de cada Freguesia. Nos acordos de execução a celebrar com a União de Freguesias de Carnaxide e Queijas e Freguesia de Barcarena foi incluído um capítulo referente à gestão dos mercados Municipais, mantendo-se as restantes cláusulas. -----

De referir ainda que cada Freguesia ou União de Freguesias exerce as competências acordadas relativamente aos bens e equipamentos municipais da propriedade do Município, situados no seu território; -----

Uma vez que os acordos de execução previsivelmente irão produzir efeitos, nomeadamente os financeiros, a partir do ano de 2015 até ao término da duração do mandato da Assembleia Municipal, as declarações de compromisso e cabimento inerentes à presente proposta apenas poderão ser emitidas na vigência do orçamento do Município aprovado para 2015, que contempla a previsão dos encargos financeiros em rubrica orçamental própria, com a classificação orgânica 08050102 e 04050102, incluindo a previsão de anos futuros. -----

II - Fundamentação Legal e/ou Regulamentar -----

Nos termos do artigo 23º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, constituem atribuições dos Municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as Freguesias. -----

Igualmente por força do preceituado na alínea l) do nº 1 do artigo 33º conjugado com o disposto no artigo 133º, ambos do mesmo diploma legal, cabe às Câmaras Municipais discutir e preparar com as Freguesias os acordos de execução, de todas ou de algumas das competências previstas no artigo 132º. -----

Para o efeito dos presentes acordos de execução, consideram-se delegadas nas Freguesias as competências da Câmara Municipal previstas nas alíneas a) a e) do nº 1 do artigo 132º, tendo em vista, designadamente a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população e a racionalização dos recursos disponíveis, objetivos de descentralização administrativa consignados no artigo 112º do mesmo diploma legal. -----

A celebração dos acordos de execução pressupõe prévia autorização quer da Assembleia de Freguesia, quer da Assembleia Municipal em conformidade com o previsto nas alíneas g) do nº 1 do artigo 9º, alínea j) do nº1 do artigo 16º, alínea k) do nº 1 do artigo 25º e alínea m) do nº 1 do artigo 33º, do anexo I, a que se refere o nº 2 do artigo 1º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro. -----

Após um ano de análise com o executivo e os serviços Municipais, discussão e determinação, entendemos que um Autarca trabalha em equipa, está no topo das responsabilidades e competências devendo compreender a eficácia e as necessidades de cada área geográfica e das suas gentes, respeitando sempre a vontade das suas populações e de quatro em quatro anos elabora um manifesto eleitoral que é reflectido nas Grandes Opções do Plano e Orçamento de cada Junta de Freguesia. -----

No caso em apreço, só através do apelo aos princípios da descentralização e da subsidiariedade poderão resolver-se as situações mais imediatas, mais urgentes, aquelas que mais preocupam as populações e que conferem qualidade de vida, com uma enorme eficácia de custo/benefício. Essas são aqui garantidas. Uns dirão é pouco! Esperava-se mais! Este executivo também. Mas para Fazer é preciso ter consciência do trabalho a executar e dos meios que uma Junta de Freguesia pode ter e que a lei aprovada não previu! Assim, nós preferimos continuar a trabalhar e cumprir os objetivos traçados e o compromisso dado, dar qualidade de vida aos nossos concidadãos, atuar rapidamente, resolver, executar, do que cruzar os braços e esperar que um dia as competências não sejam delegadas, mas sim próprias e com os meios proporcionais ao cumprimento dessas competências. -----

O nosso voto na presente proposta, não é político mas sim operativo. Queremos Fazer e não dizer mal, queremos acrescentar e não diminuir, queremos ajudar num espírito solidário e de missão de serviço público, mas com isto não dizemos apenas sim, dizemos, aceitamos mas

vamos querer mais: mais meios humanos que tenham competência e eficácia permanente, mais meios financeiros que possam alargar as competências ainda na área da limpeza urbana, na área social, do emprego, dos seniores, gestão de equipamentos, juventude, infância, entre outras. -----

Com a aprovação do acordo se assim for deliberado, entendemos que o Município de Oeiras deve, no prazo de 12 meses, fazer uma avaliação do trabalho executado pela Junta de Freguesia e se o resultado for positivo propor uma alteração ao presente acordo conforme referido anteriormente. -----

As condições dos acordos de execução encontram-se devidamente enunciadas nos anexos à presente proposta e na deliberação do Município de Oeiras N.º 886/14-GP e na deliberação N.º 6/2015 da Assembleia Municipal. -----

Neste contexto, proponho: -----

1. Nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 16º da Lei N.º 75/2013 de 12 de Setembro, a aprovação do Acordo de execução da Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Oeiras e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas. -----

2. Nos termos da alínea g) do n.º 1, do artigo 9º da Lei N.º 75/2013, de 12 de Setembro, o envio à Assembleia de Freguesia para autorização. -----

3. Que o signatário seja mandatado para a assinatura do presente acordo de execução nos termos definidos na presente deliberação e dos respetivos anexos. -----

4. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

12 – Proposta de Deliberação N.º 27/2015 -----

I – Introdução: -----

O Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela lei nº 75/2013 de 12 de setembro, prevê no seu artigo 131º a possibilidade dos Municípios concretizarem a delegação de competências nas freguesias um conjunto de competências em todos os domínios dos interesses próprios das populações, destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais a concretizar através da celebração de contratos interadministrativos; -----

A prática dos protocolos celebrados nos últimos anos entre o Município e as Freguesias, tem-se revelado um instrumento importante para a afirmação das Freguesias, reforçando significativamente os seus poderes e capacidades de intervenção, permitindo melhorar à ação do poder local junto das populações; -----

Num contexto de escassez de recursos importa rentabilizar os meios disponíveis num quadro de responsabilização, cooperação e solidariedade, tendo em atenção a necessidade de

encontrar respostas promotoras de ganhos de eficiência e eficácia na gestão dos recursos públicos, face aos problemas e dificuldades com que todos os dias as autarquias locais são confrontadas; -----

Na continuidade das competências anteriormente delegadas, foram encetadas negociações com todas as Freguesias representadas pelos seus Presidentes, sobre o levantamento, condições técnicas e alocação dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, necessários e suficientes para o exercício das competências a delegar, as quais foram sujeitas a análise e validação por parte das Freguesias; -----

No processo de negociação tendente à celebração e execução dos contratos interadministrativos ora em referência foram tidas em consideração os princípios, da igualdade, da não discriminação, da estabilidade, da prossecução do interesse público, da continuidade da prestação do serviço público e da necessidade e suficiência de recursos, conforme o preceituado nos artigos 121º, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, aplicável por força do disposto no nº 2 do artigo 133º; -----

O referido processo de negociação, e assim a delegação de competências, tiveram igualmente, em vista estabelecer e estabilizar as respetivas fontes de financiamento e aos seus modos de afetação, de modo a garantir a observância dos requisitos legalmente exigidos no nº 3 do artigo 115º. -----

Entre estes cumpre mencionar o não aumento da despesa pública global, o aumento da eficiência na gestão de recursos pelas autarquias locais, os ganhos de eficiência no exercício de competências nas autarquias locais, o cumprimento dos objetivos previstos no artigo 112º e a articulação entre os diversos níveis da administração pública; -----

Os contratos interadministrativos têm por objeto a delegação de competências do Município nas Juntas de Freguesia, designadamente, as seguintes atividades: -----

- a) Realização de trabalhos de construção civil de reparação e manutenção do existente relativamente a pavimentos pedonais e rodoviários, sinalização horizontal e vertical; -----
- b) Realização de trabalhos diversos de reparação e manutenção de equipamentos municipais; -----
- c) Realização de trabalhos de reparação e manutenção em espaços de jogo e recreio. -----

O exercício das competências delegadas deve ser efetuado em conformidade com as normas legais e regulamentais em vigor, orientações técnicas e calendários previsionais de intervenções decorrente do acordado entre as Freguesias e a Câmara Municipal, aplicável a cada caso em concreto. -----

O clausulado é igual para todos os contratos interadministrativos a celebrar, sendo que cada Freguesia ou União de Freguesias exerce as competências nos bens e equipamentos municipais da propriedade do Município, situados no seu território; -----

Uma vez que os contratos interadministrativos previsivelmente irão produzir efeitos, nomeadamente os financeiros, a partir do ano de 2015 até ao término da duração do mandato da Assembleia Municipal, as declarações de compromisso e cabimento inerentes à presente proposta apenas poderão ser emitidas na vigência do orçamento do Município aprovado para 2015, que contempla a previsão dos encargos financeiros em rubricas orçamentais próprias, com a classificação económica 08050102 e 04050102, incluindo a previsão para anos futuros. -----

II - Fundamentação Legal e/ou regulamentar -----

Nos termos do artigo 23º da lei nº 75/2013 de 12 de setembro, constituem atribuições dos Municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as Freguesias. -----

Igualmente por força do preceituado na alínea l) do nº 1 do artigo 33º, cabe às Câmaras Municipais discutir e preparar com as Juntas de Freguesias a delegação de competências, a concretizar através do contrato interadministrativo de acordo com o artigo 120º do mesmo diploma legal. -----

O artigo 131º determina que os Municípios podem delegar competências nas freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações, e as Câmaras Municipais conforme o disposto nas alíneas ee) e qq) do artigo 33º dispõem de competências próprias, suscetíveis de serem delegadas, relativamente à gestão e manutenção de instalações, de equipamentos, de transportes, de distribuição de bens e recursos públicos integrados no património do município ou colocados por lei sob sua administração. -----

Consideram-se delegadas nas Freguesias e União de Freguesias do Concelho de Oeiras as competências da Câmara Municipal previstas na alínea ee) do artigo 33º nos termos e condições estabelecidas no Contrato Interadministrativo, prevendo-se expressamente os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes, dentro das disponibilidades orçamentais para o efeito, ao exercício das competências delegadas. -----

A celebração dos contratos interadministrativos pressupõe prévia autorização quer da Assembleia de Freguesia, quer da Assembleia Municipal em conformidade com o previsto nas alíneas g) do nº 1 do artigo 9º, alínea j) do nº1 do artigo 16º, alínea k) do nº 1 do artigo 25º e alínea m) do nº 1 do artigo 33º, do anexo I, a que se refere o nº 2 do artigo 1º, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro. -----

Após um ano de análise com o executivo e os serviços Municipais, discussão e determinação, entendemos que um Autarca trabalha em equipa, está no topo das responsabilidades e competências devendo compreender a eficácia e as necessidades de cada área geográfica e das suas gentes, respeitando sempre a vontade das suas populações e de quatro em quatro

anos elabora um manifesto eleitoral que é reflectido nas Grandes Opções do Plano e Orçamento de cada Junta de Freguesia. -----

No caso em apreço, só através do apelo aos princípios da descentralização e da subsidiariedade poderão resolver-se as situações mais imediatas, mais urgentes, aquelas que mais preocupam as populações e que conferem qualidade de vida, com uma enorme eficácia de custo/benefício. Essas são aqui garantidas. Uns dirão é pouco! Esperava-se mais! Este executivo também. Mas para Fazer é preciso ter consciência do trabalho a executar e dos meios que uma Junta de Freguesia pode ter e que a lei aprovada não previu! Assim, nós preferimos continuar a trabalhar e cumprir os objetivos traçados e o compromisso dado, dar qualidade de vida aos nossos concidadãos, atuar rapidamente, resolver, executar, do que cruzar os braços e esperar que um dia as competências não sejam delegadas, mas sim próprias e com os meios proporcionais ao cumprimento dessas competências. -----

O nosso voto na presente proposta, não é político mas sim operativo. Queremos Fazer e não dizer mal, queremos acrescentar e não diminuir, queremos ajudar num espírito solidário e de missão de serviço público, mas com isto não dizemos apenas sim, dizemos, aceitamos mas vamos querer mais: mais meios humanos que tenham competência e eficácia permanente, mais meios financeiros que possam alargar as competências ainda na área da limpeza urbana, na área social, do emprego, dos seniores, gestão de equipamentos, juventude, infância, entre outras. -----

Com a aprovação do acordo se assim for deliberado, entendemos que o Município de Oeiras deve, no prazo de 12 meses, fazer uma avaliação do trabalho executado pela Junta de Freguesia e se o resultado for positivo propor uma alteração ao presente acordo conforme referido anteriormente. -----

As condições do contrato interadministrativo encontram-se expressamente enunciadas na deliberação do Município de Oeiras N.º 887/14-GP e na deliberação N.º 7/2015 da Assembleia Municipal e nos respetivos anexos. -----

Neste contexto, proponho: -----

1. Nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 16º da Lei N.º 75/2013 de 12 de Setembro, a aprovação do Contrato interadministrativo da Delegação de Competências entre a CMO e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas. -----

2. Nos termos da alínea g) do n.º 1, do artigo 9º da Lei N.º 75/2013, de 12 de Setembro, o envio à Assembleia de Freguesia para autorização. -----

3. Que o signatário seja mandatado para a assinatura do presente Contrato interadministrativo nos termos definidos na presente deliberação e dos respetivos anexos. ---

4. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

13 – Proposta de Deliberação N.º 28/2015 -----

I – INTRODUÇÃO: -----

ANTECEDENTES FÁCTICOS -----

A reorganização administrativa do território das Freguesias, aprovada pela Assembleia da República (Lei nº 56/2012, de 8 de Novembro e Lei nº 11-A/2013, de 28 de Janeiro), alterou significativamente o mapa de Freguesias de Portugal Continental. -----

As Freguesias de Carnaxide e Queijas passaram a ter a designação de "União das Freguesias de Carnaxide e de Queijas" com um território único, com a Junta de Freguesia na sede na Freguesia de Carnaxide no Centro Cívico de Carnaxide e uma delegação no atual edifício da Junta de Freguesia de Queijas. -----

Conforme nas GOP e Orçamento, ambos documentos aprovados para 2015, torna-se necessário reforçar os serviços gerais e de limpeza da delegação em Queijas que com a agregação de freguesias não possui este serviço que se torna imperativo no desenvolvimento e manutenção das instalações e dos respetivos serviços. Trata-se pela sua natureza de um serviço provisório e eventual, pelo que decorre promover a aquisição de serviços, na modalidade de avença, com uma pessoa singular, que possa assegurar este serviço. -----

- A prestação de serviços será pelo período de seis (6) meses com início a 02 de Março de 2015. -----

- Para desenvolver este serviço é proposto à pessoa singular, a Sra. Ana Mónica Fialho Amador de Jesus; -----

- O preço total desta aquisição de serviços rondará os € 3.874,54 (três mil oitocentos e setenta e quatro euros e cinquenta e quatro cêntimos) correspondendo ao preço mensal de € 645,76 (seiscentos e quarenta e cinco euros e setenta e seis cêntimos); -----

- O valor estimado da aquisição de serviços anteriormente referenciada com cabimento na rubrica 02/01.01.07.99 - Diversas Prestações de serviços (GOP/Orçamento de 2015); -----

- A fundamentação da necessidade destas aquisições de serviços foi fundamentada anteriormente; -----

- A aquisição de serviços em apreço, tendo em conta o valor do contrato a celebrar, enquadra-se no procedimento pré-contratual de ajuste direto simplificado com consulta a uma entidade, em função do valor, ao abrigo do n.º 1, alínea a) e alínea e) do n.º 2 do artigo 16.º, conjugado com o n.º 1, da alínea a) do artigo 20.º, artigo 36.º, n.º 1, artigo 38.º, alínea a) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 40.º, e artigo 113.º, todos do Código dos Contratos Públicos ("CCP"), conjugados com a Lei das Autarquias Locais, Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, e pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro), artigo 18.º do Decreto-Lei n.º

197/99, de 8 de junho, aplicável por força do disposto no artigo 14.º, n.º1, alínea f), in fine do preâmbulo do CCP; -----

- A aquisição de serviços anteriormente identificada é reconduzível na modalidade de contrato de avença, dado que, por um lado visa prestações sucessivas no exercício da profissão liberal, conforme tabela de atividades do artigo 151.º do CIRS, bem como implica uma prestação certa mensal, típica de um contrato de avença; -----

DOS PRESSUPOSTOS FÁCTICOS DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AVENÇA: -----

- A atividade a desenvolver pela prestadora de serviços não reveste a natureza de trabalho subordinado, em concreto, por a prestadora não estar sujeita às condições em que se encontra organizada a atividade laboral, designadamente, horário de trabalho, existência de controlo externo do modo da prestação, obediência a ordens, ou sujeição à disciplina; -----

- A prestadora de serviços deverá comprovar ter a sua situação contributiva regularizada junto das finanças e da segurança social; -----

- A celebração de contratos de prestação de serviços, na modalidade de avença, é obrigatoriamente precedida de parecer prévio por parte do Executivo, nos termos da legislação em vigor. -----

II – ANÁLISE: -----

Nos termos do n.º 7 do artigo 35.º, da LVCR «o contrato de avença tem como objeto prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal, podendo ser feito cessar a todo o tempo, por qualquer das partes, mesmo quando celebrado com cláusula de prorrogação tácita, com aviso prévio de 60 dias e sem obrigação de indemnizar». -----

Mais preconiza o n.º 2 do artigo 35.º da LVCR, que a celebração de contratos de avença apenas pode ter lugar quando, cumulativamente se verificarem os seguintes requisitos: -----

a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----

b) Seja observado o regime legal da aquisição de serviços; -----

c) O contratado comprove ter regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social. -----

A Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 (doravante identificada por “LOE 2015”), à semelhança das Leis que aprovaram o Orçamento de Estado para os anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, consagra a obrigatoriedade de parecer prévio vinculativo, nos casos de celebração ou de renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da LVCR, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença. -----

O parecer prévio vinculativo favorável, cujos termos e respetiva tramitação serão objeto de concretização por meio de portaria do membro do Governo, depende da: -----

a) Verificação do disposto no n.º 4 do artigo 35.º da LVCR, isto é, de que se trata da execução de trabalho não subordinado para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, a qual apenas será exigível com a entrada em vigor de portaria específica que regule os termos e condições do procedimento prévio de recrutamento de pessoal colocado em mobilidade especial, o que ainda não se verificou; -----

b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----

c) Aplicação da redução remuneratória aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou contraparte de contrato vigente em 2015, cujo preço mensal esteja sujeito à retenção, com exceção dos contratos de aquisição de serviços cuja celebração ou renovação anterior já tenha sido objeto de redução e obtido parecer favorável. -----

III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E/OU REGULAMENTAR -----

A presente proposta de deliberação sustenta-se no enquadramento jurídico consagrado nos seguintes diplomas legais: -----

- Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 22-A/2008, de 24 de abril, Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 269/2009, de 30 de setembro, pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei n.º 34/2010, de 2 de setembro, pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 83-C/2013 de 31 de Dezembro que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, abreviadamente identificada por "LVCR"; -----

- Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que adapta a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro às autarquias locais, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro; -----

- Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o orçamento de Estado para o ano de 2015, abreviadamente identificada por "LOE 2015"; -----

- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, com as alterações previstas na Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, na Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, na Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, no Decreto-Lei

n.º 131/2010, de 14 de dezembro, na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e no Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, abreviadamente identificado por "Código dos Contratos Públicos" ou por "CCP". -----

IV - PROPOSTA -----

Considerando que: -----

1 - Nos termos do disposto no n.º 12 do artigo 75.º da LOE 2015 é da competência do Órgão Executivo emitir parecer prévio vinculativo relativo à celebração de contratos de prestação de serviços na modalidade de avença; -----

2 - Existe a necessidade de adquirir serviços que se traduz no em serviços gerais e de limpeza da delegação em Queijas que com a agregação de freguesias não possui este serviço que se torna imperativo no desenvolvimento e manutenção das instalações e dos respetivos serviços. -----

3 - Tais serviços serão prestados pelo período de seis (6) meses com início a 02 de Março de 2015. -----

4 - O preço devido pela prestação de serviços não será objeto de redução remuneratória, porque o preço mensal não é superior a €1.500,00 mensais; -----

5- Observam-se os requisitos previstos no n.º 6 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015; -----

Face ao exposto, proponho: -----

Aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo à celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, com a prestadora de serviços, Ana Mónica Fialho Amador de Jesus, contribuinte n.º 205 690 092. A prestadora de serviços deverá entregar situação contributiva da segurança social e das finanças. -----

Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

14 – Proposta de Deliberação N.º 29/2015 -----

I – INTRODUÇÃO: -----

ANTECEDENTES FÁCTICOS -----

A reorganização administrativa do território das Freguesias, aprovada pela Assembleia da República (Lei nº 56/2012, de 8 de Novembro e Lei nº 11-A/2013, de 28 de Janeiro), alterou significativamente o mapa de Freguesias de Portugal Continental. -----

As Freguesias de Carnaxide e Queijas passaram a ter a designação de "União das Freguesias de Carnaxide e de Queijas" com um território único, com a Junta de Freguesia na sede na Freguesia de Carnaxide no Centro Cívico de Carnaxide e uma delegação no atual edifício da Junta de Freguesia de Queijas. -----

Ainda por agregação mantém-se em vigor os protocolos de delegação de competências assinados entre esta Autarquia e o Município de Oeiras, cuja gestão pertence a esta Junta de Freguesia. -----

Conforme nas GOP e Orçamento, ambos documentos aprovados para 2015, torna-se necessário reforçar a área de limpeza no Mercado Municipal de Carnaxide. Trata-se pela sua natureza de um serviço provisório e eventual, com acréscimo de serviço pela realização de diversas feiras e eventos nestas instalações, pelo que decorre promover a aquisição de serviços, na modalidade de avença, com uma pessoa singular, que possa assegurar este serviço. -----

- A prestação de serviços terá início a 18 de Fevereiro de 2015; -----

- Para desenvolver este serviço é proposto à pessoa singular, o Sr. Paulo Alexandre Macedo Santos; -----

- O preço total desta aquisição de serviços rondará os € 3.874,54 (três mil oitocentos e setenta e quatro euros e cinquenta e quatro cêntimos) correspondendo ao preço mensal de € 645,76 (seiscentos e quarenta e cinco euros e setenta e seis cêntimos); -----

- O valor estimado da aquisição de serviços anteriormente referenciada com cabimento na rubrica 07/01.01.07.99 – Diversas prestações de serviços (GOP/Orçamento de 2015); -----

- A fundamentação da necessidade destas aquisições de serviços foi fundamentada anteriormente; -----

- A aquisição de serviços em apreço, tendo em conta o valor do contrato a celebrar, enquadra-se no procedimento pré-contratual de ajuste direto simplificado com consulta a uma entidade, em função do valor, ao abrigo do n.º 1, alínea a) e alínea e) do n.º 2 do artigo 16.º, conjugado com o n.º 1, da alínea a) do artigo 20.º, artigo 36.º, n.º 1, artigo 38.º, alínea a) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 40.º, e artigo 113.º, todos do Código dos Contratos Públicos ("CCP"), conjugados com a Lei das Autarquias Locais, Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, e pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro), artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicável por força do disposto no artigo 14.º, n.º1, alínea f), in fine do preâmbulo do CCP; -----

- A aquisição de serviços anteriormente identificada é reconduzível na modalidade de contrato de avença, dado que, por um lado visa prestações sucessivas no exercício da profissão liberal, conforme tabela de atividades do artigo 151.º do CIRS, bem como implica uma prestação certa mensal, típica de um contrato de avença; -----

DOS PRESSUPOSTOS FÁCTICOS DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AVENÇA: -----

- A atividade a desenvolver pelo prestador de serviços não reveste a natureza de trabalho subordinado, em concreto, por a prestadora não estar sujeita às condições em que se

encontra organizada a atividade laboral, designadamente, horário de trabalho, existência de controlo externo do modo da prestação, obediência a ordens, ou sujeição à disciplina; -----

- O prestador de serviços deverá comprovar ter a sua situação contributiva regularizada junto das finanças e da segurança social; -----

- A celebração de contratos de prestação de serviços, na modalidade de avença, é obrigatoriamente precedida de parecer prévio por parte do Executivo, nos termos da legislação em vigor. -----

II – ANÁLISE: -----

Nos termos do n.º 7 do artigo 35.º, da LVCR «o contrato de avença tem como objeto prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal, podendo ser feito cessar a todo o tempo, por qualquer das partes, mesmo quando celebrado com cláusula de prorrogação tácita, com aviso prévio de 60 dias e sem obrigação de indemnizar». -----

Mais preconiza o n.º 2 do artigo 35.º da LVCR, que a celebração de contratos de avença apenas pode ter lugar quando, cumulativamente se verificarem os seguintes requisitos: -----

a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----

b) Seja observado o regime legal da aquisição de serviços; -----

c) O contratado comprove ter regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social. -----

A Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 (doravante identificada por “LOE 2015”), à semelhança das Leis que aprovaram o Orçamento de Estado para os anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, consagra a obrigatoriedade de parecer prévio vinculativo, nos casos de celebração ou de renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da LVCR, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença. -----

O parecer prévio vinculativo favorável, cujos termos e respetiva tramitação serão objeto de concretização por meio de portaria do membro do Governo, depende da: -----

a) Verificação do disposto no n.º 4 do artigo 35.º da LVCR, isto é, de que se trata da execução de trabalho não subordinado para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, a qual apenas será exigível com a entrada em vigor de portaria específica que regule os termos e condições do procedimento prévio de recrutamento de pessoal colocado em mobilidade especial, o que ainda não se verificou; -----

- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----
- c) Aplicação da redução remuneratória aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou contraparte de contrato vigente em 2015, cujo preço mensal esteja sujeito à retenção, com exceção dos contratos de aquisição de serviços cuja celebração ou renovação anterior já tenha sido objeto de redução e obtido parecer favorável. -----

III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E/OU REGULAMENTAR -----

A presente proposta de deliberação sustenta-se no enquadramento jurídico consagrado nos seguintes diplomas legais: -----

- Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 22-A/2008, de 24 de abril, Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 269/2009, de 30 de setembro, pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei n.º 34/2010, de 2 de setembro, pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 83-C/2013 de 31 de Dezembro que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, abreviadamente identificada por "LVCR"; -----
- Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que adapta a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro às autarquias locais, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro; -----
- Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o orçamento de Estado para o ano de 2015, abreviadamente identificada por "LOE 2015"; -----
- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, com as alterações previstas na Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, na Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, na Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, no Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e no Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, abreviadamente identificado por "Código dos Contratos Públicos" ou por "CCP". -----

IV - PROPOSTA -----

Considerando que: -----

- 1 – Nos termos do disposto no n.º 12 do artigo 75.º da LOE 2015 é da competência do Órgão Executivo emitir parecer prévio vinculativo relativo à celebração de contratos de prestação de serviços na modalidade de avença; -----

2 – Existe a necessidade de adquirir serviços que se traduz na limpeza do Mercado Municipal de Carnaxide. Trata-se pela sua natureza de um serviço provisório e eventual, com acréscimo de serviço pela realização de diversas feiras e eventos nestas instalações. -----

3 - Tais serviços serão prestados pelo período de seis (6) meses, com início a 18 de Fevereiro de 2015. -----

4 – O preço devido pela prestação de serviços não será objeto de redução remuneratória, porque o preço mensal não é superior a €1.500,00 mensais; -----

5- Observam-se os requisitos previstos no n.º 6 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015; -----

Face ao exposto, proponho: -----

Aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo à celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, com o prestador de serviços, Paulo Alexandre Macedo Santos, contribuinte n.º 178 568 422. O prestador de serviços deverá entregar situação contributiva da segurança social e das finanças. -----

Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

15 – Proposta de Deliberação N.º 30/2015 -----

No âmbito das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015, tomou o signatário conhecimento da Informação n.º 63/2015, relativamente ao pedido da Sra. Dolores Guadalupe Guerreiro Cabaça Carmo da Luz, para concessão a título perpétuo do compartimento N.º 21 F do Ossário N.º 3. -----

No referido compartimento, encontrava-se inumado o corpo da Sra. Joana Espírito Santo desde o dia 09 de Outubro de 1979 em regime perpétuo. -----

Nesta conformidade, a Sra. Maria José Vivente Rodrigues Marques filha da inumada acima mencionada, solicitou através de requerimento datado de 23 de Janeiro de 2014 a esta Junta de Freguesia a trasladação da mesma, sob o registo de entrada n.º 318 de 24 de Janeiro de 2014 para cremação no Cemitério de Rio de Mouro, ficando o respetivo compartimento vago para uma nova Inumação ou concessão. -----

Neste contexto, as ossadas da Sra. Antónia Guerreiro Santos que se encontra no Cemitério de Benfica, serão trasladadas para o compartimento mencionado acima mencionado, tia da requerente acima referida. -----

Neste contexto, proponho: -----

1 – Que seja concedida a referida concessão do compartimento n.º 21 F do ossário n.º 3 a título perpétuo à Sra. Dolores Guadalupe Guerreiro Cabaça Carmo da Luz, portadora do Cartão de Cidadão N.º 00018383. -----

2 – Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

16 – Proposta de Deliberação N.º 31/2015 -----

No âmbito das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015, tomou o signatário conhecimento da Informação n.º 68/2015, relativamente ao pedido do Sr. António Nascimento Reis e sua irmã, para concessão a título perpétuo do terreno que constitui a Sepultura N.º 71 do Talhão N.º 16. -----

Na referida sepultura, encontrava-se inumado o corpo da Sra. Clara Luísa Tomé desde o dia 30 de Janeiro de 2008, tendo o mesmo sido exumado a 29 de Janeiro de 2015 e a pedido da família através de declaração sob registo n.º 371 de 29/01/2015, teve como destino a casa dos ossários, ficando a referida Sepultura vaga para uma nova Inumação ou concessão. -----

No dia 05 de Fevereiro de 2015 foi inumado o Sr. Manuel Joaquim Pissarro, na sepultura n.º 71 do talhão n.º 26, padrao dos requerentes acima referidos. -----

Neste contexto, proponho: -----

1 – Que seja concedida a referida concessão da sepultura n.º 71 do talhão n.º 16 a título perpétuo com 2,00mX0,75m e 1,15m de profundidade, ao Sr. António Nascimento Reis, portador do Bilhete de Identidade N.º 7735386 e sua irmã Maria de Fátima Almeida Reis, portadora do Cartão de Cidadão N.º 11644551. -----

2 – Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

Conforme disposição legal a transcrição de qualquer documento oficial tem que respeitar, na íntegra, o conteúdo e o texto constante nos documentos. Sendo facto que as Propostas de Deliberação aqui descritas se constituem documento oficial e a respetiva transcrição, que nesta Ata se faz, é feita reproduzindo na íntegra o texto original.

E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às 20h30m horas. -----

O Executivo

O Presidente

(Jorge Manuel de Sousa de Vilhena)

O Secretário

(Américo Duarte)

O Tesoureiro

(Luís Lopes)

O Vogal

(António Rocha)

O Vogal

(José Rodrigues)

A Vogal

(Carla Pinto)